PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 61.585.865/0001-51

NIRE 35.300.035.844

Índice

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 6
ANEXO I 9
10.1. Resultado Operacional e Financeiro 9
a. condições financeiras e patrimoniais gerais 9
b. estrutura de capital 10
c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos 10
d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas 10
e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez 11
f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: 11
g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados 12
h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras 12
10.2. Resultado Operacional e Financeiro 20
a. resultados das operações do emissor, em especial: 20
b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços: 21
c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante 21
10.3. Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras do Emissor e em seus Resultados 22
a. introdução ou alienação de segmento operacional 22
b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária 22
c. eventos ou operações não usuais 22
10.4. Mudanças nas Práticas Contábeis/ Ressalvas e Ênfases 22

a. mudanças significativas nas práticas contábeis 22
b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis 22
c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor 22
10.5. Políticas Contábeis Críticas 22
a. Provisões 22
b. Reconhecimento de receita 23
c. Ajuste a Valor Presente 23
d. Impostos 23
e. Valor Justo de Instrumentos Financeiros 23
10.6. Itens Relevantes Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor 23
a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: 24
b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 24
10.7. Comentários Sobre Itens Não Evidenciados 24
a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor 24
b. natureza e o propósito da operação 24
c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação 24
10.8. Principais Elementos do Plano de Negócios do Emissor 24
a. investimentos, incluindo: 24
b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor 25
c. novos produtos e serviços, indicando 25
10.9. Outros Fatores que Influenciaram de Maneira Relevante o Desempenho Operacional e que Não Tenham Sido Identificados ou Comentados nos Itens Acima 25
ANEXO II 26
ANEXO III 31
13.1. Política ou Prática de Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração 32
a. objetivos da política ou prática de remuneração 32
b. composição da remuneração 32

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração 33
d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho..... 33
e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo 33
f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos 33
g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor..... 33
13.2. Remuneração Total por Órgão (R$ mil)..... 33
13.3. Remuneração Variável (R$ mil) 35
13.4. Plano de Remuneração Baseado em Ações 36
a. termos e condições gerais..... 36
b. principais objetivos do plano 38
c. forma como o plano contribui para esses objetivos..... 38
d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor..... 38
e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo..... 38
f. número máximo de ações abrangidas..... 39
g. número máximo de opções a serem outorgadas 39
h. condições de aquisição de ações..... 39
i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício 40
j. critérios para fixação do prazo de exercício 40
k. forma de liquidação 40
l. restrições à transferência das ações..... 40
m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano 41
n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações..... 41
13.5. Remuneração Baseada em Ações Reconhecida no Resultado dos 3 Últimos Exercícios Sociais e a Prevista para o Exercício Social Corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária..... 42
13.6. Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao Final do Último Exercício 42

13.7. Opções Exercidas e Ações Entregues relativas à Remuneração Baseada em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos 3 Últimos Exercícios Sociais 42

13.8. Informações Necessárias para a Compreensão dos Dados Divulgados nos itens 13.5 a 13.7 43

a. modelo de precificação 43

b. dados e premissas utilizados no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco 43

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado 43

d. forma de determinação da volatilidade esperada 43

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo 43

13.9. Quantidade de Ações ou Quotas Direta ou Indiretamente Detidas, no Brasil ou no Exterior, e Outros Valores Mobiliários Conversíveis em Ações ou Quotas, Emitidos pelo Emissor, Seus Controladores Diretos ou Indiretos, Sociedades Controladas ou sob Controle Comum, por Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal 43

13.10. Planos de Previdência em Vigor 43

13.11. Remuneração Máxima, Mínima e Média 43

13.12. Arranjos Contratuais, Apólices de Seguros ou Outros Instrumentos que Estruturem Mecanismos de Remuneração ou Indenização para os Administradores em caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria, Indicando Quais as Consequências Financeiras para o Emissor 44

13.13. Em Relação aos 3 Últimos Exercícios Sociais, Indicar o Percentual da Remuneração Total de Cada Órgão Reconhecida no Resultado do Emissor Referente aos Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que Sejam Partes Relacionadas aos Controladores, Diretos ou Indiretos, Conforme Definido pelas Regras Contábeis que Tratam desse Assunto 45

13.14. Em Relação aos 3 Últimos Exercícios Sociais, Indicar os Valores Reconhecidos no Resultado do Emissor como Remuneração de Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, Agrupados por Órgão, por Qualquer Razão que Não a Função que Ocupam, como por exemplo, Comissões e Serviços de Consultoria ou Assessoria Prestados 45

13.15. Em Relação aos 3 Últimos Exercícios Sociais, Indicar os Valores Reconhecidos no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades sob Controle Comum e de Controladas do Emissor, como Remuneração de Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do Emissor, Agrupados por Órgão, Especificando a que Título Tais Valores Foram Atribuídos a Tais Indivíduos 45

13.16. Outras Informações Relevantes – Remuneração 45

RAIA DROGASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 61.585.865/0001-51

NIRE 35.300.035.844

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 9 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481")

São Paulo, 19 de fevereiro de 2016. A **RAIA DROGASIL S.A.** ("Companhia"), sociedade com sede na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 3097, Butantã, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem, por meio deste, apresentar as seguintes Propostas da Administração relativamente às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 31 de março de 2016, às 15:00 horas, conforme abaixo:

a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, a serem publicados na edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico do dia 19 de fevereiro de 2016, e parecer do Conselho Fiscal;

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela administração da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2015, serão publicados nas edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico do dia 19 de fevereiro de 2016.

Os comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários ("Instrução CVM nº 480"), constam do Anexo I ao presente.

b) a destinação do lucro líquido do exercício, referendando as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

A proposta de destinação do lucro líquido:

Lucro Líquido do Exercício	R$ 340.206.301,00
Realização da Reserva de Reavaliação	R$ 186.010,53
Dividendos Prescritos	R$ 258.012,50
Valor total a ser destinado	R$ 340.650.324,03
Destinações:	
Reserva Legal 5%	R$ 17.010.315,05
Reserva Estatutária (51% do resultado líquido do exercício)	R$ 173.390.008,98
Juros Sobre Capital Próprio apropriado em 2015 (valor bruto)	R$ 150.250.000,00

Propõe-se que não seja realizada a distribuição de dividendos com base no exercício de 2015, e que os Acionistas referendem as apropriações de juros sobre capital próprio previamente deliberadas pelo Conselho de Administração em reuniões extraordinárias de (b.1.) 23 de março de 2015, no valor bruto de R$ 32.300.000,00, à razão de R$ 0,098091021 por ação; (b.2.) 22 de junho de 2015, no valor bruto de R$ 35.600.000,00, à razão de R$ 0,108112704 por ação; (b.3.) 21 de setembro de 2015, no valor bruto de R$ 39.400.000,00, à razão de R$ 0,119652825; e (b.4.) 11 de dezembro de 2015, no valor bruto de R$ 42.950.000,00, à razão de R$ 0,130433726 por ação, imputando a apropriação dos juros sobre capital ao dividendo obrigatório, com indicação da data de pagamento aos acionistas, o qual será realizado sem acréscimo de correção monetária ou juros. Os valores indicados nos itens “b.1” e “b.2” acima foram pagos aos acionistas em 01 de dezembro de 2015 e propõe-se que os valores indicados nos itens “b.3” e “b.4” acima sejam pagos aos acionistas sem acréscimo de correção monetária ou juros, em uma única parcela no dia 30 de maio de 2016.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo II da presente Proposta.

c) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia.

Proposta de remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício de 2016, no valor total líquido de até R$ 23.456.000,00 (vinte e três milhões e quatrocentos e cinquenta e seis mil reais).

Apresenta-se, a seguir, o valor da verba proposta:

Proposta de Remuneração para o Exercício de 2016 no valor líquido de até R$ 23.456.000,00.

ADMINISTRADORES	Remuneração Fixa	Remuneração Variável (Máximo)	Remuneração Baseada em Ações	TOTAL
Conselheiros	2.856.000	0	0	2.856.000
Diretoria	9.256.000	9.942.000	1.402.000	20.600.000
TOTAL	12.112.000	9.942.000	1.402.000	23.456.000

As informações indicadas no item 13, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo III da presente Proposta.

d) substituição do jornal em que deverão ser efetuadas as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76.

Proposta de substituir o jornal em que são realizadas as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, do jornal Valor Econômico para o jornal O Estado de S. Paulo.

Anexamos à presente: **(i)** o Anexo I, contendo detalhadamente todos os comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM nº 480; **(ii)** o Anexo II, contendo as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, em relação à destinação do lucro líquido; e **(iii)** o Anexo III, contendo detalhadamente todas as informações relativas à proposta de remuneração dos Administradores, nos termos do item 13, do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº 480.

Eugênio De Zagottis
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO I

(Conforme item 10 do Formulário de Referência, Instrução CVM nº 480)

Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia

Em 1 de outubro de 2015, concluímos a aquisição da 4Bio, varejista de medicamentos especiais, e seus resultados passaram a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Raia Drogasil a partir desta data. Para efeitos de comparabilidade, demonstramos as informações solicitadas somente da controladora.

10.1. Resultado Operacional e Financeiro

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2015 possuíamos 1.232 lojas em operação, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Somos a maior rede de drogarias do país, em termos de faturamento e número de lojas, segundo o ranking da Abrafarma. Os recursos utilizados para a operação de nossas atividades, incluindo a abertura, modernização e manutenção das lojas são provenientes da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços aos nossos clientes.

Em decorrência da evolução consistente nos resultados operacionais da empresa ao longo dos últimos anos e da confortável situação de liquidez atual, acreditamos que a empresa possui sólidas condições patrimoniais e financeiras necessárias à condução de nossa operação.

Em 2015, a companhia apresentou um EBITDA de R$ 736.959 mil, em comparação a R$ 539.806 mil em 2014, representando um crescimento de 36,5% (R$ 371.321 mil em 2013).

Adicionalmente, mantivemos uma situação de liquidez estável ao longo dos últimos anos. Ao final de 2015, nosso índice de liquidez corrente estava em 1,63 comparado a 1,76 no ano de 2014, representando uma pequena queda de 0,13, e a 1,87 no ano de 2013.

Importante mencionar que em 31 de dezembro de 2015 o nosso caixa e equivalentes de caixa atingiu R$ 264.549 mil (Dez/14 - R$ 281.189 mil, Dez/13 - R$ 241.885 mil), enquanto os financiamentos da companhia no mesmo período totalizavam R$ 289.685mil (Dez/14 - R$ 281.237 mil, Dez/13 - R$ 244.825 mil). Este aumento no caixa e equivalentes de caixa é fruto da linha de crédito contratada junto ao BNDES.

O patrimônio líquido da companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 2.633.809 mil (Dez/14 - R$ 2.456.937 mil, Dez/13 - R$ 2.326.983 mil), apresentando um acréscimo de R$ 176.872 mil ou 7,20%. Esse acréscimo deveu-se principalmente pela constituição de Reserva Estatutária no montante de R$ 173.390 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

b. estrutura de capital

Nos últimos anos a companhia vem se financiando predominantemente com recursos próprios. Nosso endividamento bruto, ao final de 2015 totalizava R$ 289.685 mil (Dez/14 - R$ 281.237 mil, Dez/13 - R$ 244.825 mil), composto principalmente por recursos de longo prazo captados junto ao BNDES, em comparação a um patrimônio líquido de R$ 2.633.809 mil (Dez/14 - R$ 2.456.937 mil, Dez/13 - R$ 2.326.983 mil) e um caixa total de R$ 264.549 mil (Dez/14 - R$ 281.189 mil, Dez/13 - R$ 241.885 mil).

i. hipóteses de resgate

Não existe a possibilidade de resgate de ações ou quotas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não existe a possibilidade de resgate de ações ou quotas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Pela estrutura financeira já relatada, a diretoria entende que a Companhia tem plena capacidade de honrar todos seus compromissos financeiros, bem como atender todas as necessidades de capital de giro e investimentos programados.

Em 31 de dezembro de 2015, o nosso passivo circulante era de R$ 1.614.754 mil (Dez/14 - R$ 1.275.050 mil, 2013 – R$ 1.020.003 mil), valor inferior ao ativo circulante, que, na mesma data, era de R$ 2.637.016 mil (2014 - R$ 2.243.931 mil, 2013 – R$ 1.903.574 mil), incluindo os valores da conta caixa e equivalentes de caixa, que representavam R$ 264.549 mil (2014 - R$ 281.189 mil, 2013 – R$ 241.885 mil).

Importante ressaltar que o perfil de nossa dívida é bastante confortável. Ao final de 2015, nossa dívida de curto prazo era de R$ 102.26697.710 mil (2014 - R$ 97.710 mil, 2013 – R$ 83.944 mil), enquanto 64,7% do nosso endividamento bruto, R$ 187.419 mil, tinha vencimento previsto para o longo prazo (2014 - R$ 183.527 mil, 2013 – R$ 160.881 mil). Finalmente, vale mencionar que a nossa dívida é composta principalmente de recursos do BNDES que normalmente pratica taxas de juros inferiores às médias praticadas pelo mercado.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES. As taxas de juros praticadas nas linhas de crédito estão especificadas na tabela abaixo:

Financiamento para aquisição de	**Taxa média anual de juros de longo prazo**
BNDES - FINAME	
Máquinas, equipamentos e veículos	(TJLP + 3,62% em Dez/13) a.a.
Empreendimentos	(TJLP + 3,70% em Dez/13) a.a.

BNDES - FINEM	
Empreendimentos	(TJLP +2,80% em Dez/14 + 2,76% em Dez/13) a.a.
Empreendimentos	IPCA + 7,50% + 1,30% (+ 7,54% + 1,30% em Dez/14 e + 7,51% + 1,46% em Dez/13) a.a.
Máquinas e equipamentos	(TJLP + 2,30% em Dez/14 e + 2,07% em Dez/13) a.a.
Máquinas e equipamentos	(IPCA + 7,44% + 2,30% em Dez/13) a.a.
BNDES - Subcrédito	
Empreendimentos	TJLP + 3,32% (+ 3,01% em Dez/14 e + 3,04% em Dez/13) a.a.
Empreendimentos	Selic + 2,69% (+2,86% em Dez/14 e + 2,37% em Dez/13) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 3,01% (3,19% em Dez/14 e 3,18% em Dez/13) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% (+1,79% em Dez/14 e +1,79% em Dez/13) a.a.
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 8,36% (+ 6,00% em Dez/14 e + 0,00% em Dez/13) a.a.
Capital de giro	(TJLP + 4,15% em Dez/14 e + 4,15% em Dez/13) a.a.
Capital de giro	Selic + 3,10% (+ 3,32% em Dez/14 e + 3,07% em Dez/13) a.a.
Projeto Social	TJLP
Desenv. Marca Própria	TJLP + 1,67% a.a.
Aquisição de Software Nacional	TJLP + 1,79% a.a.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nossos empréstimos e financiamentos incluem os instrumentos descritos na alínea (f) deste item 10.1. Não obstante a existência dos empréstimos e financiamentos descritos a seguir, acreditamos não possuir dependência de recursos advindos de terceiros para o desempenho de nossos negócios, tendo em vista nossa geração de caixa consistente e nossa solidez financeira.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui financiamentos relevantes com o BNDES, diretos e indiretos, que montavam R$ 289.684 mil (Dez/14 - R$ 281.237 mil, Dez/2013 - R$ 244.825 mil).

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R$ 267.040 mil (Dez/14 - R$ 289.684 mil, Dez/13 - R$ 214.206 mil) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

- Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual e, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

A Companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de covenants não financeiros.

g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No ano de 2010 assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para três anos (2010, 2011 e 2012) junto ao BNDES no valor de R$ 185.000 mil. Em 2012, foi liberado o valor de R$ 10.974 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2011 e o valor de R$ 62.184 mil correspondente aos investimentos financiáveis em 2012. Em 2013, foi liberado o valor de R$ 26.121 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2012.

No ano de 2013 assinamos contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo para cinco anos (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017) junto ao BNDES no valor de R$ 705.600 mil. Foi liberado em 2013 o valor de R$ 80.278 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013. Foi liberado em 2014 o valor de R$ 37.704 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2013 e o valor de R$ 83.379 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014. Foi liberado em 2015 o valor de R$ 28.418 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2014 e o valor de R$ 67.360 mil correspondente aos investimentos financiáveis realizados em 2015.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado	**2013**			**2014**			**2015**	
(em milhares de R$)		**AV**	**AH**		**AV**	**AH**		**AV**
Receita bruta de vendas e serviços	**6.464.103**	**100,0%**	**118,5%**	**7.658.890**	**100,0%**	**120,6%**	**9.239.201**	**100,0%**
Deduções	(231.184)	(3,6%)	133,0%	(307.434)	(4,0%)	128,0%	(393.619)	(4,3%)
Receita líquida de vendas e serviços	**6.232.919**	**96,4%**	**117,9%**	**7.351.456**	**96,0%**	**120,3%**	**8.845.582**	**95,7%**

Custo das mercadorias vendidas	(4.512.743)	(69,8%)	115,4%	(5.207.625)	(68,0%)	117,9%	(6.137.644)	(66,4%)
Lucro bruto	**1.720.176**	**26,6%**	**124,6%**	**2.143.831**	**28,0%**	**126,3%**	**2.707.938**	**29,3%**
Despesas								
Com vendas	(1.188.077)	(18,4%)	118,6%	(1.409.067)	(18,4%)	123,3%	(1.737.739)	(18,8%)
Gerais e administrativas	(176.463)	(2,7%)	110,5%	(194.957)	(2,5%)	119,6%	(233.240)	(2,5%)
Outras despesas operacionais, líquidas	(47.066)	(0,7%)	20,1%	(9.473)	(0,1%)	88,6%	(8.389)	(0,1%)
Despesas operacionais	**(1.411.606)**	**(21,8%)**	**114,3%**	**(1.613.498)**	**(21,1%)**	**122,7%**	**(1.979.368)**	**(21,4%)**
EBITDA	**308.570**	**4,8%**	**171,9%**	**530.333**	**6,9%**	**137,4%**	**728.569**	**7,9%**
Depreciação e Amortização	(158.736)	**(2,5%)**	**118,2%**	(187.568)	**(2,4%)**	**120,9%**	(226.846)	**(2,5%)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**149.834**	**2,3%**	**228,8%**	**342.765**	**4,5%**	**146,4%**	**501.724**	**5,4%**
Despesas financeiras	(20.310)	(0,3%)	487,5%	(99.002)	(1,3%)	152,5%	(150.929)	(1,6%)
Receitas financeiras	9.863	0,2%	592,7%	58.460	0,8%	148,0%	86.527	0,9%
Despesas / Receitas Financeiras	**(10.447)**	**(0,2%)**	**388,1%**	**(40.541)**	**(0,5%)**	**158,9%**	**(64.402)**	**(0,7%)**
Resultado da Equivalência Patrimonial							**(514)**	**(0,0%)**
Lucro antes do IR e da contribuição social	**139.387**	**2,2%**	**216,8%**	**302.223**	**3,9%**	**144,5%**	**436.807**	**4,7%**
Imposto de renda e contribuição social	(38.402)	(0,6%)	210,5%	(80.837)	(1,1%)	119,5%	(96.601)	(1,0%)
Lucro líquido do exercício	**100.985**	**1,6%**	**219,2%**	**221.386**	**2,9%**	**153,7%**	**340.206**	**3,7%**

Receita de Vendas

A nossa receita bruta de vendas e serviços é proveniente da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços remunerados, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio. Encerramos 2015 com R$ 9.239,2 milhões de receita bruta (R$ 7.658,9 milhões em 2014 e R$ 6.464,1 milhões em 2013). OTC e Perfumeria foram as categorias de maior crescimento, registrando um incremento de 0,2 ponto percentual no mix de vendas cada.

Lucro Bruto

Em 2015 obtivemos uma margem bruta de 29,3% sobre a receita bruta (27,6% em 2014 e 26,6% em 2013).

Este aumento da margem bruta foi impulsionado por melhorias estruturais nas condições comerciais, compras de oportunidade, ajustes táticos de preços e pela redução nas perdas de inventário. Além disso, o Ajuste a Valor Presente (AVP) também contribuiu para um aumento na margem bruta no ano, refletindo as taxas de juros crescentes e uma dilatação nos prazos de pagamento.

EBITDA

Atingimos um EBITDA de R$ 737,0 milhões (R$ 496,7 milhões em 2014 e R$ 308,6 milhões em 2013) e a margem EBITDA representou 8,0% da receita bruta (6,5% em 2014 e 4,8% em 2013).

O EBITDA foi impactado pelo aumento da margem bruta e pelo aumento nas despesas operacionais, incluindo as despesas não recorrentes associadas à integração.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R$ 340,2 milhões em 2015 (R$ 221,4 milhões em 2014 e R$ 101,0 milhões em 2013). O expressivo aumento no lucro líquido pode ser atribuida à margem EBITDA mais alta combinada, que foram parcialmente compensadas com o aumento das despesas financeiras e pelo aumento do IR.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

Receita de Vendas

A nossa receita bruta de vendas e serviços é proveniente da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos, OTC e artigos de perfumaria, bem como da prestação de serviços remunerados, tais como aplicações de injeção, aferição de pressão arterial e entregas em domicílio. Encerramos 2014 com R$ 7.658,9 milhões de receita bruta (R$ 6.464,1 milhões em 2013 e R$ 5.593,8 milhões em 2012). OTC foi a categoria de maior crescimento, registrando um incremento de 0,2 ponto percentual no mix de vendas.

Lucro Bruto

Em 2014 obtivemos uma margem bruta de 27,6% sobre a receita bruta (26,6% em 2013 e 26,7% em 2012).

O retorno ao regime de substituição tributária no estado de São Paulo em dezembro de 2013 aliviou a carga tributária excessiva que nos onerava desde o 3T12, gerando um impacto positivo de 0,4 ponto percentual. Além disso, garantimos melhores condições de compras junto aos nossos fornecedores e implementamos mudanças táticas de precificação que elevaram a margem bruta em 0,4 ponto percentual.

EBITDA

Atingimos um EBITDA de R$ 496,7 milhões (R$ 308,6 milhões em 2013 e R$ 285,0 milhões em 2012) e a margem EBITDA representou 6,5% da receita bruta (4,8% em 2013 e 5,1% em 2012).
O EBITDA foi impactado pelo aumento da margem bruta e a diluição registrada nas despesas operacionais, incluindo as despesas não recorrentes associadas à integração.

Lucro Líquido

Registramos um lucro líquido de R$ 221,4 milhões em 2014 (R$ 101,0 milhões em 2013 e R$ 104,9 milhões em 2012). O expressivo aumento no lucro líquido pode ser atribuida à margem EBITDA mais alta combinada com a redução das despesas financeiras, que foram parcialmente compensadas pelo aumento do IR.

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

Ativo	**2013**			**2014**			**2015**	
(R$ mil)								
		AV	**AH**		**AV**	**AH**		**AV**
Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	241.885	6,7%	16,2%	281.189	6,9%	(5,9%)	264.549	5,7%
Clientes	373.260	10,3%	24,8%	465.990	11,5%	22,8%	572.083	12,3%
Estoques	1.132.620	31,3%	18,3%	1.340.199	33,1%	21,9%	1.633.604	35,2%
Tributos a Recuperar	38.658	1,1%	1,0%	39.042	1,0%	51,3%	59.068	1,3%
Outras Contas a Receber	108.953	3,0%	(1,3%)	107.590	2,7%	(8,9%)	98.040	2,1%
Despesas do Exercício Seguinte	8.200	0,2%	21,0%	9.921	0,2%	(2,5%)	9.672	0,2%
	1.903.574	52,7%	17,9%	2.243.931	55,4%	17,5%	2.637.016	56,8%
Não Circulante								
Depósitos Judiciais	10.763	0,3%	31,2%	14.116	0,3%	32,7%	18.730	0,4%
Tributos a Recuperar	11.859	0,3%	46,1%	17.330	0,4%	33,6%	23.156	0,5%
Outros Créditos	728	0,0%	67,3%	1.218	0,0%	94,9%	2.375	0,1%
Investimentos	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	30.317	0,7%
Imobilizado	536.629	14,8%	20,7%	647.673	16,0%	23,7%	801.283	17,3%
Intangível	1.150.539	31,8%	(2,2%)	1.125.021	27,8%	0,5%	1.130.403	24,3%
	1.710.518	47,3%	5,5%	1.805.358	44,6%	11,1%	2.006.264	43,2%
ATIVO	3.614.093	100,0%	12,0%	4.049.289	100,0%	14,7%	4.643.280	100,0%

Passivo e Patrimônio Líquido	**2013**			**2014**			**2015**	
(R$ mil)								
		AV	**AH**		**AV**	**AH**		**AV**
Circulante								
Fornecedores	671.455	18,6%	29,8%	871.477	21,5%	35,2%	1.177.928	25,4%

Empréstimos e Financiamentos	83.944	2,3%	16,4%	97.710	2,4%	4,7%	102.266	2,2%
Salários e Encargos Sociais	116.352	3,2%	21,7%	141.548	3,5%	15,5%	163.430	3,5%
Impostos, Taxas e Contribuições	65.920	1,8%	(35,9%)	42.230	1,0%	31,2%	55.398	1,2%
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	9.464	0,3%	202,9%	28.664	0,7%	(14,9%)	24.402	0,5%
Provisão para Demandas Judiciais	4.912	0,1%	6,1%	5.209	0,1%	(35,8%)	3.346	0,1%
Outras Contas a Pagar	67.956	1,9%	29,8%	88.212	2,2%	(0,3%)	87.984	1,9%
	1.020.003	28,2%	25,0%	1.275.050	31,5%	26,6%	1.614.754	34,8%
Não Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	160.881	4,5%	14,1%	183.527	4,5%	2,1%	187.419	4,0%
Provisão para Demandas Judiciais	8.021	0,2%	(48,8%)	4.103	0,1%	(19,1%)	3.320	0,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.980	2,6%	34,0%	125.946	3,1%	28,5%	161.826	3,5%
Outras Obrigações	4.224	0,1%	(11,8%)	3.726	0,1%	(0,7%)	3.699	0,1%
Opção De Compra De Ações	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	31.632	0,7%
	267.107	7,4%	18,8%	317.303	7,8%	22,2%	387.896	8,4%
Patrimônio Líquido								
Capital Social	908.639	25,1%	0,0%	908.639	22,4%	99,0%	1.808.639	39,0%
Reservas de Capital	1.039.935	28,8%	(1,9%)	1.019.791	25,2%	(87,4%)	128.767	2,8%
Reserva de Reavaliação	12.941	0,4%	(1,4%)	12.755	0,3%	(1,5%)	12.569	0,3%
Reservas de Lucros	357.169	9,9%	33,1%	475.420	11,7%	40,0%	665.820	14,3%
Ajustes De Avaliação Patrimonial	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	(23.409)	(0,5%)
Dividendo Adicional Proposto	8.298	0,2%	386,0%	40.331	1,0%	19,6%	48.243	1,0%
	2.326.983	64,4%	5,6%	2.456.937	60,7%	7,5%	2.640.630	56,9%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.614.093	100,0%	12,0%	4.049.289	100,0%	14,7%	4.643.280	100,0%

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R$ 393.085 mil ou 17,5% passando de R$ 2.243.931 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 2.637.016 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 1.903.574 em 2013).

As principais variações foram:

(i) queda de R$ 16.640 mil ou 5,9% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R$281.189 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 264.549 mil em 31 de dezembro de 2015, devido à diminuição de caixa e aplicações (R$ 241.885 mil em 2013);

(ii) aumento de clientes em R$ 106,093 mil ou 22,8%, que passaram de R$ 465,990 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 572.083 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 373.260 em 2013), basicamente por conta do crescimento do nosso faturamento, destacando-se o aumento de R$ 111.791 mil ou 27,8% dos recebíveis de cartões de crédito e débito, em

virtude principalmente do incremento da receita bruta de vendas e do crescimento da participação média destas modalidades de pagamento em 2015.

(iii) aumento de R$ 293.405 mil ou 21,9% em estoques, que passaram de R$ 1.340.199 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 1.633.604 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 1.132.620 mil em 2013). Esse aumento foi decorrente, principalmente, do nosso crescimento.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – realizável a longo prazo aumentou R$ 11.597 mil ou 35,5% passando de R$ 32.664 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 44.261 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 9.314 em 2013). A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R$5.826 mil no saldo da conta de ICMS sobre o ativo imobilizado, devido ao forte ritmo de expansão da rede de lojas.

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R$ 158.992 mil ou 9,0%, passando de R$ 1.772.694 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 1.931.686 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 1.687.168 mil em 2013).

O imobilizado e o intangível em 2015 totalizaram R$ 158.992 mil, estando este montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão e integração (R$ 85.526 mil em 2014 e R$ 62.648 mil em 2013).

Passivo circulante

O passivo circulante era de R$ 1.614.754 mil em 31 de dezembro de 2015 quando comparado ao saldo de R$ 1.275.050 mil em 31 de dezembro de 2014, apresentando um acréscimo de R$ 156.727 mil ou 26,6% (R$ 1.020.003 mil em 2013). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 34,8% em 31 de dezembro de 2015 em comparação a um percentual de 31,5% observados em 31 de dezembro de 2014 (28,2% em 2013).

As principais variações foram:

(i) o aumento de R$ 306.451mil ou 35,2% em fornecedores, que passaram de R$ 871.477 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 1.177.928 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 671.455 mil em 2013), é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação.

(ii) o acréscimo de R$ 4.555 mil ou 4,7% em financiamentos, que passaram de R$ 97.710 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 102.266 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 83.944 mil em 2013). No curto prazo, esse aumento acontece pelas seguintes razões: reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros no período, deduzidas das amortizações efetuadas (principal + juros) no período.

(iii) queda de R$ 4.261 mil ou (14,9)% em dividendos e juros sobre capital próprio, que passaram de R$ 28.664 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 24.402 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 9.464 mil em 2013),

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R$ 70.594 mil ou 22,2%, passando de R$ 317.303 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 387.896 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 267.107 mil em 2013). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 8,4% em 31 de dezembro de 2015 em comparação a um percentual de 7,8% observados em 31 de dezembro de 2014 (7,4% em 2013).
As principais variações foram:
i) O aumento nos financiamentos que cresceram R$ 3.892 mil ou 2,1%, passando de R$ 183.527 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 187.419 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 160.881 mil em 2013), pela diminuição pela reclassificação das parcelas para o curto prazo vencíveis em até 365 dias.
ii) O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, que cresceu R$ 35.880 mil ou 28,5%, passando de R$ 125.946 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 161.826 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 93.980 mil em 2013). Essa variação é basicamente explicada pelo aumento do saldo do IR e CS sobre as despesas que são excluídas temporariamente da base de cálculo para fins de apuração desses impostos (exclusões temporárias).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R$ 2.640.630 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado a um saldo de R$ 2.456.937 mil verificado em 31 de dezembro de 2014 (R$ 2.326.983 mil em 2013), apresentando um aumento de R$ 183.693 mil ou 7,5%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R$ 475.420 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 665.820 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 357.169 mil em 2013), representando um acréscimo de R$ 190.400 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

Ativo circulante

Nosso ativo circulante cresceu R$ 340.357 mil ou 17,9% passando de R$ 1.903.574 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 2.243.931 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 1.693.864 em 2012).
As principais variações foram:
(i) aumento de R$ 39.303 mil ou 16,2% em caixa e equivalentes de caixa, que passaram de R$ 241.885 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 281.189 mil em 31 de dezembro de 2014, devido à linha de crédito concedida pelo BNDES (R$ 166.963 mil em 2012);
(ii) aumento de clientes em R$ 92.731 mil ou 24,8%, que passaram de R$ 373.260 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 465.990 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 335.771 em 2012), basicamente por conta do crescimento do nosso faturamento, destacando-se o aumento de R$ 76.742 mil ou 23,6% dos recebíveis de cartões de crédito e débito, em

virtude principalmente do incremento da receita bruta de vendas e do crescimento da participação média destas modalidades de pagamento em 2014.

(iii) aumento de R$ 207.580 mil ou 18,3% em estoques, que passaram de R$ 1.132.620 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 1.340.199 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 973.396 mil em 2012). Esse aumento foi decorrente, principalmente, do nosso crescimento.

Ativo não circulante

Nosso ativo não circulante – realizável a longo prazo aumentou R$ 9.314 mil ou 39,9% passando de R$ 23.350 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 32.664 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 21.802 em 2012). A variação apresentada refere-se basicamente ao aumento de R$ 5.470 mil no saldo da conta de ICMS sobre o ativo imobilizado, devido ao forte ritmo de expansão da rede de lojas.

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado e intangível líquido de depreciação e amortização teve um aumento de R$ 85.526 mil ou 5,1%, passando de R$ 1.687.168 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 1.772.694 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 1.624.520 mil em 2012).

Os investimentos em ativos imobilizados e intangíveis em 2013 totalizaram R$ 270.970 mil, estando este montante relacionado à abertura de novas lojas, além de reformas e modernizações de instalações, atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão e integração (R$ 236.810 mil em 2013 e R$ 257.959 mil em 2012).

Passivo circulante

O passivo circulante era de R$ 1.275.050 mil em 31 de dezembro de 2014 quando comparado ao saldo de R$ 1.020.003 mil em 31 de dezembro de 2013, apresentando um acréscimo de R$ 200.021 mil ou 25,0% (R$ 863.276 mil em 2012). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante passou para 35,3% em 31 de dezembro de 2014 em comparação a um percentual de 28,2% observados em 31 de dezembro de 2013 (25,8% em 2012).

As principais variações foram:

(i) o aumento de R$ 200.021 mil ou 29,8% em fornecedores, que passaram de R$ 671.455 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 871.477 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 575.587 mil em 2012), é decorrente do aumento do tamanho da nossa operação.

(ii) o acréscimo de R$ 13.766 mil ou 16,4% em financiamentos, que passaram de R$ 83.944 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 97.710 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 60.712 mil em 2012). No curto prazo, esse aumento acontece pelas seguintes razões: reclassificação das parcelas do longo prazo vencíveis em até 365 dias, aliada a apropriação de juros no período, deduzidas das amortizações efetuadas (principal + juros) no período.

(iii) queda de R$ 23.690 mil ou 35,9% em impostos taxas e contribuições, que passaram de R$ 65.920 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 42.230 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 40.489 mil em 2012). Esse acréscimo é justificado principalmente pela variação da

conta de ICMS a recolher, em decorrência da mudança do regime tributário realizada no 4T13.
(iv) aumento de R$ 19.200 mil ou 73,6% em dividendos e juros sobre capital próprio, que passaram de R$ 9.464 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 28.664 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 5.451 mil em 2012), em decorrência do aumento do lucro líquido da Companhia no período, com consequente reflexo na apropriação dos juros sobre o capital próprio.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou R$ 50.196 mil ou 18,8%, passando de R$ 267.107 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 317.303 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 212.251 mil em 2012). Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante passou para 8,8% em 31 de dezembro de 2014 em comparação a um percentual de 7,4% observados em 31 de dezembro de 2013 (6,4% em 2012).
As principais variações foram:
i) O aumento nos financiamentos que cresceram R$ 22.646 mil ou 14,1%, passando de R$ 160.881 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 183.527 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 131.460 mil em 2012), pelos seguintes fatores: i) aumento pela captação de financiamentos junto ao BNDES; e ii) diminuição pela reclassificação das parcelas para o curto prazo vencíveis em até 365 dias.
ii) O aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos, que cresceu R$ 31.966 mil ou 34,0%, passando de R$ 93.980 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 125.946 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 64.021 mil em 2012). Essa variação é basicamente explicada pelo aumento do saldo do IR e CS sobre as despesas que são excluídas temporariamente da base de cálculo para fins de apuração desses impostos (exclusões temporárias).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R$ 2.456.937 mil em 31 de dezembro de 2014, comparado a um saldo de R$ 2.326.983 mil verificado em 31 de dezembro de 2013 (R$ 2.264.659 mil em 2012), apresentando um aumento de R$ 129.954 mil ou 5,6%. Essa variação é principalmente explicada pelo aumento na conta de Reservas de Lucros que passou de R$ 357.169 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 475.420 mil em 31 de dezembro de 2014 (R$ 294.721 mil em 2012), representando um acréscimo de R$ 118.250 mil, em virtude do resultado da companhia, líquido dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados.

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera receitas principalmente na venda de medicamentos e não medicamentos. Segue a abertura das receitas da Controladora nos últimos três anos:

(R$ mil)	**2015**	**2014**	**2013**
Marca	4.050.182	3.374.836	2.870.062
Genéricos	1.053.504	883.518	749.836
OTC	1.612.476	1.323.739	1.098.898
Medicamentos	6.716.162	5.582.093	4.718.795
Não Medicamentos	2.523.039	2.076.797	1.745.308
Total Geral	9.239.201	7.658.890	6.464.103

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
Vide item 10.1, letra h.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:
Negociamos com os fornecedores contratos anuais de compras que estabelecem, para cada linha de produto, os descontos comerciais sobre o Preço Fábrica que terão vigência ao longo do ano todo e o prazo de pagamento, e que historicamente só são alteradas em caso mudanças tributárias ou de mudanças estruturais de mercado.
O Preço Fábrica dos Medicamentos é reajustado pelo Governo anualmente no mês de abril, em conjunto com o Preço Máximo ao Consumidor, de forma que, quando passamos a comprar com preços reajustados, majoramos simultaneamente os nossos preços de venda aos consumidores. Em 2015, o reajuste de preços ao consumidor foi de 6,0%, em 2014 de 3,3%, em 2013 de 4,6%.
No caso dos Produtos de Perfumaria, nossas compras são feitas diretamente dos fabricantes, e as condições comerciais são bastante estáveis ao longo do ano.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante
A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e poderá nos afetar negativamente. As desvalorizações normalmente afastam o acesso ao mercado financeiro estrangeiro e instigam a intervenção governamental, incluindo políticas governamentais recessivas. As desvalorizações também reduzem o valor em Dólar dos dividendos e outras distribuições feitas em relação às nossas ações e o valor equivalente em Dólar das nossas ações.
Tendo em vista que todos os nossos passivos e nossas despesas operacionais estão denominados em Reais, o nosso resultado de operações e situação financeira não são diretamente afetados pela variação da taxa de câmbio Real x Dólar. Entretanto, a taxa de câmbio tende a afetar o custo de grande parte de nossos fornecedores, que, em momentos de reversão de expectativa podem repassar parte da elevação de seus custos através da redução de descontos comerciais praticados ao varejo.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que nós vendemos. Os preços que podemos cobrar sobre esses produtos estão sujeitos ao limite reajustado anualmente de acordo com os termos da lei federal para refletir as mudanças da inflação. Esse controle de preço poderia resultar em uma menor margem de lucro em drogaria do que aqueles comumente realizados nos produtos farmacêuticos que não estão sujeitos ao controle de preço, afetando a nossa lucratividade. Não é possível prever se o Governo Federal irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos no futuro, o que poderia afetar-nos adversamente. Qualquer um dos motivos citados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como o preço de mercado de nossas ações.

10.3. Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras do Emissor e em seus Resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não foi introduzido ou alienado um segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Concluimos em 1 de outubro de 2015 a aquisição do controle (55% do capital social) da 4Bio Ltda. A aquisição do controle da 4Bio marcou a entrada da Raia Drogasil no mercado varejista de Medicamentos de Especiais, o segmento farmacêutico que apresenta maior taxa de crescimento no Brasil e no mundo, e no qual a Raia Drogasil ainda não atuava.

c. eventos ou operações não usuais

Não houveram eventos ou operações não usuais.

10.4. Mudanças nas Práticas Contábeis/ Ressalvas e Ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não foi feita ressalva ou ênfase no parecer do auditor.

10.5. Políticas Contábeis Críticas

a. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas

tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

b. Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.
A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

c. Ajuste a Valor Presente
Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

d. Impostos
As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

e. Valor Justo de Instrumentos Financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6. Itens Relevantes Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Emissor

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

iv. contratos de construção não terminada
Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não detemos ativos e passivos que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. Comentários Sobre Itens Não Evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação
Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Principais Elementos do Plano de Negócios do Emissor

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão da rede, reforma e modernização de lojas. Em 2015, foi investido um valor total de R$ 401.540 mil em ativos imobilizados e intangíveis (2014 - R$ 270.970 mil, 2013 - R$ 236.810 mil). Para 2016, esperamos abrir 165 lojas, além de investimentos em programa de manutenção e reforma de lojas, bem como atualizações tecnológicas, sistemas e equipamentos para dar suporte ao processo de expansão.

ii. fontes de financiamento dos investimentos
A principal fonte de financiamento para os investimentos é a geração de caixa na operação da Companhia, complementada por linhas de crédito de longo prazo com o BNDES.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos
Não houve desinvestimento nos últimos três anos e não há desinvestimento previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

c. novos produtos e serviços, indicando

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
Não possuímos pesquisas em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
Não possuímos projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não desenvolvemos novos produtos e serviços.

10.9. Outros Fatores que Influenciaram de Maneira Relevante o Desempenho Operacional e que Não Tenham Sido Identificados ou Comentados nos Itens Acima

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

(Conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481)

Proposta de Destinação do Lucro Líquido

1. Lucro Líquido do Exercício: R$ 340.206.301,00

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Descrição	Declarado em	Data de pagamento	Valor bruto por ação	Valor bruto	IRRF	Valor líquido
Juros s/capital próprio	23/03/2015	01/12/2015	0.098091021	32.300.000,00	4.612.104,89	27.687.895,11
Juros s/capital próprio	22/06/2015	01/12/2015	0,108112704	35.600.000,00	5.044.681,75	30.555.318,25
Juros s/capital próprio	21/09/2015	30/05/2016	0,119652825	39.400.000,00	5.515.001,24	33.884.998,76
Juros s/capital próprio	11/12/2015	30/05/2016	0,130433726	42.950.000,00	5.989.563,03	36.960.436,97
Total global				150.250.000,00	21.161.350,91	129.088.649,09

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 44,16%

4. Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Remuneração aos acionistas, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: Não será feita a distribuição de dividendos com base no exercício de 2015.

6. Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Tabelas comparativas indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:

a) Totais

		Remuneração			
Exercício	**Lucro Líquido**	**Classe e espécie de ação**	**Dividendo**	**Juros sobre capital próprio**	**Total**
2012	104.854.823,24	ON	-	40.000.000,00	40.000.000,00
2013	100.985.262,33	ON	-	38.900.000,00	38.900.000,00
2014	221.386.431,52	ON	-	103.518.577,02	103.518.577,02
2015	340.206.301,00	ON	-	150.250.000,00	150.250.000,00

b) Valores por ação

Descrição	Exercício	Classe e espécie de ação	Declarado em	Valor bruto por ação	Montante global
Juros s/ capital próprio	2012	ON	21/03/2012	0,021187338	7.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2012	ON	21/06/2012	0,055995109	18.500.000,00
Juros s/ capital próprio	2012	ON	21/09/2012	0,043888058	14.500.000,00
Total					**40.000.000,00**

Juros s/ capital próprio	2013	ON	22/03/2013	0,010290993	3.400.000,00
Juros s/ capital próprio	2013	ON	21/06/2013	0,048428202	16.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2013	ON	23/09/2013	0,016647194	5.500.000,00
Juros s/ capital próprio	2013	ON	12/12/2013	0,042374677	14.000.000,00
Total					**38.900.000,00**

Juros s/ capital próprio	2014	ON	21/03/2014	0,023396875	7.730.000,00
Juros s/ capital próprio	2014	ON	23/06/2014	0,064772720	21.328.749,88
Juros s/ capital próprio	2014	ON	22/09/2014	0,066811222	22.000.000,00
Juros s/ capital próprio	2014	ON	11/12/2014	0,071366532	23.500.000,00
Juros s/ capital próprio	2014	ON	26/02/2015	0,087947338	28.959.827,14
Total					**103.518.577,02**

Juros s/ capital próprio	2015	ON	23/03/2015	0,098091021	32.300.000,00
Juros s/ capital próprio	2015	ON	22/06/2015	0,108112704	35.600.000,00
Juros s/ capital próprio	2015	ON	21/09/2015	0,119652825	39.400.000,00
Juros s/ capital próprio	2015	ON	11/12/2015	0,130433726	42.950.000,00
Total					**150.250.000,00**

8. Destinação do resultado para reserva legal:

a. Montante destinado à reserva legal: R$ 17.010.315,05
b. A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido.

9. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. no estatuto, está assim previsto o pagamento de dividendo obrigatório: “Artigo 21, b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de S.A.”

b. o dividendo obrigatório será pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:

	2015
Lucro líquido do exercício	340.206.301,00
Realização da reserva de reavaliação no exercício	186.010,53
Reserva Legal	(17.010.315,05)
Base de cálculo do dividendo (a)	323.381.996,48
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	80.845.499,12
Juros sobre o capital próprio proposto	150.250.000,00
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(21.161.350,91)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	129.088.649,09
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	48.243.149,97
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	39,92

Observação: de acordo com a proposta da Administração, os Juros Sobre Capital Próprio serão imputados ao Dividendo Obrigatório.

c. Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reserva estatutária:

a. No estatuto, está assim prevista a constituição da reserva estatutária: “Artigo 21, item c) importância equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingência e a Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do Artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.”

b. montante destinado à reserva estatutária R$ 173.390.008,98

c. A reserva estatutária foi calculada em valor equivalente a 51% do lucro líquido do exercício, portanto dentro do limite estatutário e seu valor total após a constituição não ultrapassou o capital social.

15. Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III

(Conforme item 13, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480**)**

Proposta de Remuneração dos Administradores

13.1. Política ou Prática de Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração para o conselho de administração, diretoria estatutária, não estatutária e conselho fiscal seguem o padrão de mercado, visando atrair e reter bons profissionais.

b. composição da remuneração

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros com exceção dos honorários do presidente que são diferenciados.

Diretoria Estatutária: Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado, bem como gratificações em dinheiro de acordo com as avaliações dos resultados alcançados. Os membros da diretoria também podem receber remuneração baseada em ações. As gratificações e o plano de ações têm como objetivo estimular a diretoria a se alinhar com os objetivos maiores da Companhia.

Conselho Fiscal: Cada Membro do Conselho fiscal recebe remuneração fixa mensal equivalente a R$ 8.946,61.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2015 a remuneração do Conselho de Administração deverá ser 100% fixa e 0% variável.

A remuneração da Diretoria Executiva deve ser situada na faixa de 45% para a parte fixa e 55% para a variável.

A remuneração do Conselho Fiscal é 100% fixa e 0% variável.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de reajuste da remuneração fixa são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária. Os valores da remuneração variável são determinados em função do orçamento e de sua execução.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

O maior peso atribuído à remuneração variável justifica-se como forma de associá-la aos objetivos estratégicos da Companhia e motivar a Diretoria a persegui-los no curto e longo prazo.

v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração
Os principais indicadores da remuneração variável são as Metas Individuais, Vendas e o EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho
Tanto a remuneração fixa quanto a remuneração variável e a baseada em ações são estruturadas de forma escalonada, para permitir valores progressivos na medida em que os resultados superem as metas estabelecidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo
Tanto a remuneração variável quanto a remuneração baseada em ações têm seus valores atrelados ao atingimento das políticas e metas estratégicas e financeiras determinadas para o curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
Não existe remuneração suportada pela nossa controlada.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração Total por Órgão (R$ mil)

2016 - Prevista*	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	9	8	3	20
Remuneração fixa anual:	2.856	9.256	322	12.434
Honorários	2.676	9.256	322	12.254
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	180	-	-	180
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	9.942	-	9.942
Bônus	-	9.942	-	9.942
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-

Remuneração baseada em ações	-	1.402	-	1.402
Total	**2.856**	**20.600**	**322**	**23.778**

* Conforme remuneração total, que consta no item 4 da Proposta da Administração.

Exercício de 2015	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total Geral**
Número de membros	9	8	3	20
Remuneração fixa anual:	1.658	8.642	301	10.601
Honorários	1.658	8.642	301	10.601
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	6.757	-	6.757
Bônus	-	6.757	-	6.757
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	**1.658**	**15.399**	**301**	**17.358**

Exercício de 2014	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total Geral**
Número de membros	9	8	3	20
Remuneração fixa anual:	1.584	8.006	281	9.871
Honorários	1.584	8.006	281	9.871
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	3.972	-	3.972
Bônus	-	3.972	-	3.972
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-

Total	1.584	11.978	281	13.843

Exercício de 2013	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total Geral**
Número de membros	9	8	3	20
Remuneração fixa anual:	1.544	7.274	256	9.074
Honorários	1.544	7.274	256	9.074
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável anual:	-	7.301	-	7.301
Bônus	-	7.301	-	7.301
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total	1.544	14.575	256	16.375

13.3. Remuneração Variável (R$ mil)

2016 - Prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	9.942	-	9.942
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.628	-	6.628
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9	8	3	20
Bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	9.942	-	9.942
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	6.628	-	6.628
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	6.757	-	6.757
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	13.817	-	13.817
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	1.565	11.480	-	13.045
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	3.972	-	3.972
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

Exercício de 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Nº de Membros	9	8	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	1.422	11.224	-	12.646
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	1.166	9.204	-	10.370
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	7.301	-	7.301
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR)	-	-	-	-
Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

13.4. Plano de Remuneração Baseado em Ações

a. termos e condições gerais

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações nos termos do Plano os administradores, executivos e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto. O Plano de Opção vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/11/2011. O Plano atualmente é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado assessora-lo na administração do plano. A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso): (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento ("Contrato de Opção"). O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Plano aprovado em 23/4/2014:
Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle. O Plano vigente na Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/4/2014. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, com a assessoria do Comitê de Pessoas. Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia alienará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá condicionar a outorga de uma parcela de Ações Restritas ao investimento por parte do Beneficiário na aquisição de ações de emissão da Companhia com a utilização de sua remuneração variável, sendo que tais Ações Restritas também deverão estar sujeitas às regras de aquisição de direito estabelecidas. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeita a lei e regulamentação em vigor, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada. Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga. Enquanto os direitos as Ações Restritas não forem plenamente

adquiridos, nos termos e condições estabelecidas, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente as Ações Restritas.

b. principais objetivos do plano

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (direto ou indireto) atrair e manter a ela vinculados os Beneficiários.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano tem por objetivo outorgar Ações Restritas às pessoas elegíveis como Beneficiários, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) contribuir para o incremento sustentável da lucratividade, da criação de valor e do preço das ações da Companhia no médio e no longo praz (c) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários; (d) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados aos Beneficiários.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O Plano confere aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, em condições diferenciadas, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia. O Plano visa também, possibilitar a Companhia contratar e manter executivos de alto nível.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano prevê a outorga de ações aos Beneficiários para incentivar melhores desempenhos na gestão, no alcance de resultado de longo prazo e no alinhamento de interesses com os acionistas, o que, acreditamos, criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O plano constitui um instrumento incentivador ao bom desempenho profissional e do comprometimento com metas estabelecidas pela Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:

O Plano faz parte da estratégia de alinhamento de interesses e de retenção dos administradores e empregados com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

O plano alinha os interesses dos Administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo, em função da modulação da outorga em cinco parcelas que exigem períodos de carência ao longo do tempo. Assim, para uma única outorga as opções só podem ser exercidas anualmente ao longo de cinco anos.
Este mecanismo estimula os Administradores a se alinhar com os objetivos de valorização das ações, tanto a curto, quanto a médio e longo prazo.

Plano aprovado em 23/4/2014:
Acreditamos que ao tornar nossos Administradores e empregados acionistas da Companhia, alinhamos interesses ao vincular parte do seu patrimônio com a criação sustentável de valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. Além disso, o Plano busca preservar e fortalecer o vínculo dos nossos administradores e empregados no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:
As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 3% das ações do capital social total da Companhia durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas e não exercidas, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:
O número máximo de ações que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 2% (dois por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia, sendo que tal limite será utilizado em período não inferior a 5 (cinco) anos.

g. número máximo de opções a serem outorgadas
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:
Vide item “f” acima.

Plano aprovado em 23/4/2014:
O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

h. condições de aquisição de ações
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:
As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as condições e exigências previstas no plano.

Plano aprovado em 23/4/2014:
Os Beneficiários somente adquirirão os direitos as Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue: (a) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de

Outorga; (b) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.
Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item acima, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:
O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso.

Plano aprovado em 23/4/2014:
O plano prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, preço de exercício.

j. critérios para fixação do prazo de exercício
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:
As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso) e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

Plano aprovado em 23/4/2014:
Não aplicável.

k. forma de liquidação
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:
O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso). Caberá à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

Plano aprovado em 23/4/2014:
Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

Plano aprovado em 23/4/2014:
Enquanto os direitos das Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidos, o Beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:
O Conselho de Administração ou o Comitê (conforme o caso) poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Plano aprovado em 23/4/2014:
Alteração: Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano.
Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações
Plano aprovado em 10/11/2011 e cancelado em 23/4/2014:
Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo: Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano, o Beneficiário: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação

dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, serão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, desde que o faça no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos no prazo de 12 meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de carência sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Plano aprovado em 23/4/2014:
Em caso de Desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas cujos direitos ainda não tenham sido plenamente adquiridos terão a destinação que for definida pelo Conselho de Administração.

13.5. Remuneração Baseada em Ações Reconhecida no Resultado dos 3 Últimos Exercícios Sociais e a Prevista para o Exercício Social Corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.6. Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao Final do Último Exercício

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.7. Opções Exercidas e Ações Entregues relativas à Remuneração Baseada em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos 3 Últimos Exercícios Sociais

O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.8. Informações Necessárias para a Compreensão dos Dados Divulgados nos itens 13.5 a 13.7

a. modelo de precificação
O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

b. dados e premissas utilizados no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

d. forma de determinação da volatilidade esperada
O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo
O Plano contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

13.9. Quantidade de Ações ou Quotas Direta ou Indiretamente Detidas, no Brasil ou no Exterior, e Outros Valores Mobiliários Conversíveis em Ações ou Quotas, Emitidos pelo Emissor, Seus Controladores Diretos ou Indiretos, Sociedades Controladas ou sob Controle Comum, por Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal

Acionista	Quantidade de Ações	%
Conselho de Administração*	1.631.315	0,49
Diretoria	258.055	0,08
Conselho Fiscal*	180	0,00

* Posição em 31 de dezembro de 2015

13.10. Planos de Previdência em Vigor
Não possuímos plano de previdência conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11. Remuneração Máxima, Mínima e Média

2016 Previsto *(R$ mil)*	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**
Número de Membros	8	9	3
Número de Membros Remunerados	8	9	3
Valor da maior remuneração	5.123	768	107
Valor da menor remuneração	1.959	216	107
Valor médio da remuneração	2.575	317	107

2015 *(R$ mil)*	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**
Número de Membros	8	9	3
Número de Membros Remunerados	8	9	3
Valor da maior remuneração	4.027	452	100
Valor da menor remuneração	1.513	151	100
Valor médio da remuneração	1.925	184	100

2014 *(R$ mil)*	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**
Número de Membros	8	9	3
Número de Membros Remunerados	8	9	3
Valor da maior remuneração	3.439	432	94
Valor da menor remuneração	1.356	144	94
Valor médio da remuneração	1.497	176	94

2013 *(R$ mil)*	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**
Número de Membros	8	9	3
Número de Membros Remunerados	8	9	3
Valor da maior remuneração	3.196	432	85
Valor da menor remuneração	1.008	144	85
Valor médio da remuneração	1.822	172	85

13.12. Arranjos Contratuais, Apólices de Seguros ou Outros Instrumentos que Estruturem Mecanismos de Remuneração ou Indenização para os Administradores em caso de

Destituição do Cargo ou de Aposentadoria, Indicando Quais as Consequências Financeiras para o Emissor

Não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em Relação aos 3 Últimos Exercícios Sociais, Indicar o Percentual da Remuneração Total de Cada Órgão Reconhecida no Resultado do Emissor Referente aos Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que Sejam Partes Relacionadas aos Controladores, Diretos ou Indiretos, Conforme Definido pelas Regras Contábeis que Tratam desse Assunto

Não há membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores diretos e indiretos.

13.14. Em Relação aos 3 Últimos Exercícios Sociais, Indicar os Valores Reconhecidos no Resultado do Emissor como Remuneração de Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, Agrupados por Órgão, por Qualquer Razão que Não a Função que Ocupam, como por exemplo, Comissões e Serviços de Consultoria ou Assessoria Prestados

Os membros do conselho de administração, diretoria estatutária e do conselho fiscal não foram remunerados por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

13.15. Em Relação aos 3 Últimos Exercícios Sociais, Indicar os Valores Reconhecidos no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades sob Controle Comum e de Controladas do Emissor, como Remuneração de Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do Emissor, Agrupados por Órgão, Especificando a que Título Tais Valores Foram Atribuídos a Tais Indivíduos

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal teve a remuneração reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas.

13.16. Outras Informações Relevantes – Remuneração

Não temos nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.